

A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA

Leandro Sarai

Pode haver ocasiões em que alguém se decepcione com decisões tomadas democraticamente.

Alguns cogitam que talvez faltasse educação aos eleitores para poder votar ou aos políticos para poder decidir.

Podem sugerir também que talvez pessoas sem condições econômicas não tivessem a independência necessária para fazer suas escolhas.

Será que seria necessário exigir algum grau de instrução para conceder o direito ao voto? E será que seria necessário algum requisito a mais para alguém ser eleito?

Platão, o filósofo grego, entristeceu-se quando Sócrates, seu mestre, foi condenado à morte em uma decisão supostamente “democrática”.

Inconformado, planejou sua República, propondo que fosse governada por um rei filósofo, um sábio que governaria tendo em vista o bem geral.

Essa visão, contudo parte do princípio de que alguém pode decidir o que é bom para todos e para cada um em particular.

Tal visão é aplicada na relação entre pais e filhos menores. Os pais decidem e tentam impor suas decisões, muitas vezes acreditando, com razão, que seus filhos não têm a maturidade e experiência necessárias para decidir sozinhos.

Mas levar esse ponto de vista ao Estado e a suas instituições pode ter efeitos nefastos.

A vantagem de haver uma longa história antes do presente é que ela permite ver isso melhor.

De fato, um governo que governe tendo em vista o interesse geral é melhor do que um governo que governe tendo em vista o interesse próprio.

Mas se tal governo tem poder para decidir em nome de todos, embora seja ótimo quando tomar boas decisões será péssimo quando tomar decisões ruins.

É certo que em algumas situações o governo unitário, isto é, o governo de uma pessoa pode ser preferível ao governo de muitas. Em uma guerra, um exército normalmente é regido por uma ordem hierárquica rígida sujeita ao governo de um só. Se as decisões dependessem da oitiva e concordância de todos os soldados, certamente a derrota chegaria antes da decisão.

Em casos urgentes, por isso, pode ser até necessário um modo de governar em que alguém possa decidir sozinho.

Mas daí a levar essa forma de governo para o Estado, talvez, como dito acima, não seja muito sábio.

Afinal, quem prefere uma ditadura prefere a sujeição, pois não é possível pedir ditadura só para os outros.

E o que dizer da democracia, como forma de governo de muitos ou de todos?

Suas decisões podem ser demoradas às vezes. Suas decisões podem ser ruins eventualmente. Mas, como já foi dito por alguém, a “democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras”.

Por que a democracia seria melhor?

Primeiro, porque a democracia não é algo estático. Ela é construída pouco a pouco.

A democracia não é apenas a possibilidade de adultos escolherem seus governantes.

Ela é uma instituição que a cada momento agrega mais pessoas, passando a incluir os pobres, os analfabetos, as mulheres, os menores de 18 anos e maiores de 16 anos etc.

Mas ela também não se restringe à política estatal. Aplicam-se a qualquer organização social, incluindo famílias, escolas, empresas, associações etc.

O ideal é que haja participação de todos nas decisões que forem afetá-los.

Quando se atribui poder de decidir, atribui-se responsabilidade. Se se erra, a culpa é de quem tem poder. Sem poder não há responsabilidade e não há liberdade. Nessa situação as pessoas permanecem infantilizadas, apenas como uma platéia assistindo ao espetáculo da vida.

Mas se as decisões democráticas podem ser demoradas e ruins, por que preferi-las? Por que não se exige educação das pessoas antes de permitir que participem? Por que não se exige condições econômicas para que possam escolher melhor?

Muito simples: porque, com democracia, as pessoas têm ao menos como se defender. Elas podem dizer não quando não quiserem algo. Elas conseguem impedir o abuso do poder de outros.

Por isso, não se deve exigir educação para dar democracia. Deve-se dar democracia para que a pessoa consiga ter educação.

Por isso, não se deve exigir condição econômica para dar democracia. Deve-se dar democracia para que a pessoa possa adquirir condição econômica.

A única forma de conter o poder é com o poder. Pessoas sem democracia não conseguem conter o poder dos que o exercem.

Estudos até que recentes de Douglass North, John Joseph Wallis, Barry R. Weingast, Daron Acemoglu e James A. Robinson, entre outros, concluem que as instituições inclusivas politicamente promovem a inclusão econômica. Ambas as inclusões promovem a prosperidade num ciclo virtuoso.

Quando se tem democracia, tem-se liberdade de expressão, porque a expressão é a manifestação da vontade.

Mas, já que há liberdade, a pessoa poderia pedir a ditadura?

Ela tem todo o direito de expressar sua opinião e manifestar que quer uma ditadura.

Contudo, ao que parece, sempre que alguém pede a ditadura, está pedindo a sujeição de outrem por não concordar ou não tolerar o pluralismo e a diversidade.

Mas ela nunca poderia pretender impor a ditadura a outrem. Talvez nem pudesse impor a ditadura a si mesmo.

É que, se isso fosse admitido, talvez as pessoas passassem a vender sua liberdade, seu poder, principalmente em uma sociedade desigual. Ao fazer isso, as pessoas fariam retroceder o avanço democrático. E a história já nos mostrou que o passado de submissão não é melhor do que o presente de liberdade.

Vale dizer ainda que, mesmo que na democracia tenhamos que respeitar a vontade da maioria, fazendo com que às vezes sejamos vitoriosos e às vezes derrotados, talvez nem tudo possa ser submetido. Poderia, por exemplo, a maioria decidir matar alguém? Os limites da democracia ainda estão sendo descobertos e não se desenvolverá essa questão aqui.

Mas, se a democracia é tão boa, por que sua construção não está ainda perfeita?

Porque a construção da democracia significa a destruição da forma de governo do passado, ou seja, significa tirar o poder de quem tem demais para distribuir para quem tem menos. Ocorre que, quem tem o poder, usa esse mesmo poder para se manter no poder e para aumentar seu poder à custa dos que lhe são submetidos.

Isso explica vários fenômenos e mazelas de nossa sociedade, como o racismo estrutural, a violência contra as mulheres, o preconceito contra homossexuais, o preconceito religioso, o preconceito contra os pobres e o preconceito em geral. Tudo é manifestação do exercício abusivo do poder, para que tais pessoas não alcancem o lugar a que têm direito em suas famílias, em suas escolas, nas universidades, em suas empresas, em seus empregos, na política e na sociedade.

Da mesma forma, quem tem poder econômico, usa seu poder, inclusive influenciando na política, para lhe assegurar vantagens e prejudicar seus concorrentes.

Conseguimos já iniciar a construção da democracia política. Aos poucos mais e mais pessoas podem participar das decisões. Ainda precisamos avançar muito.

Com ela, aos poucos, iremos construir a democracia econômica, para que haja efetivamente livre concorrência e para que as pessoas tenham liberdade de decidir trabalhar como empregados ou abrir seu próprio negócio, passando a ter um mínimo de dignidade com os bens e serviços que a sociedade atual proporciona.

Começamos também a democracia informacional, com a possibilidade de as pessoas se manifestarem na internet e atingirem inúmeras outras pessoas além de poderem ter acesso a informações isentas e plurais, que mostrem todos os lados e versões dos fatos, em várias fontes, graças a presença cada vez maior de profissionais sérios da imprensa e da própria democratização da imprensa.

Dani Rodrik certa vez disse que é melhor ser pobre em um país rico do que ser rico em um país pobre, pois um pobre de um país rico vivia melhor, na média, do que um rico de um país pobre.

Que fique essa lição aos poderosos da política, da economia e da mídia: é melhor devolver o poder que tomaram indevidamente dos membros da sociedade do que continuar sozinhos dele abusando e se beneficiando, porque chega um limite em que há a queda e, quanto maior a altura, maior será o tombo.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. Economic origins of dictatorship and democracy. Cambridge: Cambridge, 2006.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

NORTH, Douglass C. Institutions. Journal of Economic Perspectives. v.5, n.1, winter 1991.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history. New York: Cambridge, 2009.

PLATÃO. A república. São Paulo: Edipro, 2019.

Leandro Sarai é Procurador do Banco Central do Brasil, Doutor e Mestre em Direito Político e Econômico e Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. O texto expressa opinião acadêmica exclusiva do autor, não tendo nenhuma relação com a posição das instituições com as quais mantém vínculos.

NOTA DA EDITORIA DA ANAFE: Os artigos publicados aqui são de responsabilidade do associado, não refletindo necessariamente a posição da associação.